



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA
URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 007/2025

Processo Administrativo SEI nº 00112-00021465/2024-40

RECEBIDO
DATA 19 05 25
HORA 11:58
SIN 972768

RR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.578.370/0001-40, com sede no SCIA, Quadra 08, Conjunto 07, Lote 01, Zona Industrial, Bairro Guarã, em Brasília/DF, CEP 71250-705, vem, tempestivamente, perante Vossa Senhoria, por meio de representante legal, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão de DESCLASSIFICAÇÃO da recorrente no âmbito do Pregão em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

RR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 16.578.370/0001-40

END: SETOR Scia, quadra 08, Conj.07, Lote 01, Zona Industrial – Guarã/DF

Cep: 71.250.705

contato: (61) 3465.4051

e-mail: rr@rrterraplenagem.com.br

insta: rrterraplenagem

1. DO BREVÍSSIMO RELATO DOS FATOS

Trata-se do Pregão Eletrônico nº 007/2025, cujo objeto, dividido em 24 LOTES, é o registro de preços visando o fornecimento contínuo e eficiente de insumos, destinados à produção de asfalto e artefactos de concreto, obras de pavimentação e drenagem pluvial e manutenção de equipamentos públicos de responsabilidade desta COMPANHIA, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

No regular transcurso da licitação, a RECORRENTE, nos termos do edital e da legislação em vigor, preenchendo todos os requisitos do instrumento convocatório, apresentou a melhor proposta e foi classificada em primeiro lugar para o lote 13 – ampla Concorrência: R\$ 726.830,49.

Ocorre que, após a rodada de lances, a Administração decidiu desclassificar a RECORRENTE sem sequer nenhum fundamento.

Porém ao cadastrar sua proposta, a Recorrente não conseguiu anexar qualquer documento. Assim não foi dado a chance para que a mesma pudesse protocolar seus documentos de habilitação.



É o brevíssimo relato do necessário.

RR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 16.578.370/0001-40

END: SETOR Scia, quadra 08, Conj.07, Lote 01, Zona Industrial – Guará/DF

Cep: 71.250.705

contato: (61) 3465.4051

e-mail: rr@rterraplenagem.com.br

insta: rterraplenagem

2. DO MÉRITO

Abaixo, as razões de mérito pelas quais a RECORRENTE entende pela necessidade de reforma da decisão que a desclassificou, vez que preencheu todos os requisitos do Edital e apresentou a proposta mais vantajosa no certame.

a. Da indevida desclassificação da RECORRENTE

Como já mencionado, a RECORRENTE foi desclassificada sob o argumento de que não anexou documentos de habilitação.

No entanto, dentre os documentos solicitados no Edital a Recorrente preenche todos os requisitos, só não tendo a oportunidade de anexá-los.

b. Da obrigatoriedade de realizar diligências

Caso houvesse dúvidas quanto à efetiva anexação, a Administração deveria promover diligências para saná-las.

A necessidade de a Comissão ou autoridade competente promover diligência para esclarecer ou complementar informações necessárias no âmbito do processo licitatório estão disciplinadas na Lei nº 14.133/2021:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - **complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes** e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

RR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 16.578.370/0001-40

END: SETOR Scia, quadra 08, Conj.07, Lote 01, Zona Industrial – Guará/DF

Cep: 71.250.705

contato: (61) 3465.4051

e-mail: rr@rrterraplenagem.com.br

insta: rrterraplenagem

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

A realização de diligências, portanto, é **poder-dever** dessa nobre Administração, não podendo se furtar a elas sempre que necessário, até para evitar o que acabou se perpetrando.

Como fundamento, há recente entendimento do Tribunal de Contas da União, firmado no **Acórdão 1211/2021 – Plenário**, que trata sobre o dever da Administração de realizar diligências. Confira-se:

[...] Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, **a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público**, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). **O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica**, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da

Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Há inúmeros outros julgados no TCU nesse mesmo sentido, considerando **irregular e ilegal** qualquer ato que indevidamente atente contra a contratação, (como houve com a ora RECORRENTE) sem a devida diligência para esclarecer ou complementar informações necessárias. Confira-se:

“(...) É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame (...)”.¹

“(...) É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993 (...)”.²

“(...) Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos

¹ Acórdão 1795/2015 – Plenário.

² Acórdão 3615/2013 – Plenário.

documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993) (...).³

“Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes.”⁴

Com efeito, as diligências **devem** ser realizadas sempre que a Administração tem dúvida quanto à documentação apresentada, sendo, pois, mecanismo imprescindível ao afastamento de imprecisões e à confirmação dos dados apresentados pelos licitantes.

Este dever se mostra ainda mais evidente no presente caso, em que o Sr. Pregoeiro deixou de promover **diligência** para que a RECORRENTE comprovasse a execução dos serviços, caso fosse necessário.

Ademais, é **excesso de formalismo a desclassificação de proposta sem prévia diligência para esclarecer o teor da documentação**, capaz de importar na nulidade do ato de desclassificação.

Na tentativa de superar esse formalismo excessivo, em atenção à razoabilidade e à eficiência, é posicionamento unânime da doutrina e da jurisprudência que as diligências não são simples faculdade da Administração, mas, sim, e como dito, **poder-dever** do qual não pode o gestor se escusar.

A esse respeito, leciona Marçal Justen Filho:

³ Acórdão 3418/2014 – Plenário.

⁴ Acórdão 2873/2014 – Plenário.

RR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 16.578.370/0001-40

END: SETOR Scia, quadra 08, Conj.07, Lote 01, Zona Industrial – Guará/DF

Cep: 71.250.705

contato: (61) 3465.4051

e-mail: rr@rrterraplenagem.com.br

insta: rrterraplenagem

“A realização da diligência não é uma simples ‘faculdade’ da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um **poder-dever da autoridade julgadora**. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, **é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização**”.⁵

Isso importa não apenas na **ilegalidade do ato**, conforme já amplamente exposto da jurisprudência pacífica do egrégio TCU, como pode, ainda, ensejar eventual responsabilidade do gestor público.

Impedir, portanto, que a ora RECORRENTE, que preencheu todos os requisitos editalícios mínimos, **e apresentou a melhor proposta**, participe do processo licitatório, dando espaço ao chamado – e que deve ser combatido – formalismo exacerbado, pode vir a impedir o cumprimento desta finalidade precípua da licitação.

A desclassificação somente deve ocorrer quando, após **realizadas as diligências necessárias a sanar ou complementar as informações necessárias**, as irregularidades não forem corrigidas ou justificadas.

O afastamento de uma contratação mais vantajosa, sem a realização de diligência fundamentada, pelo simples fato de existir um erro formal, constitui verdadeira violação à ordem jurídica, em especial aos princípios da competitividade, da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade,

⁵ Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.

bem como da eficiência, afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.

c. Do dever da melhor administração e da escolha da melhor decisão

A Administração deve pautar sempre as decisões que toma orientada pelo dever de boa administração. Aliás, até mais que isso.

Sérgio Ferraz, a respeito do tema, afirma que:

“A Administração Pública tem, dentre as suas várias linhas principiológicas ou balizadoras, o dever de bem administrar, que não se satisfaz com a simples boa administração: é o dever da melhor administração. Em face de quatro ou cinco hipóteses boas, há uma que é a melhor sempre e essa é a única que pode ser adotada, seja pelo administrador, seja pelo juiz. E se essa é a única que pode ser adotada, o juiz tem mais que o poder, tem o dever de desfazer a decisão, quando a única não tiver sido escolhida, ainda que tenha sido escolhida uma boa, ainda que ele não possa ditar, em razão das limitações da função jurisdicional que exerce, qual a melhor para que seja seguida. Mas tem o poder constitucional de desfazer aquela que não é a melhor.” (RDA 165).

Desta forma, deve-se reformar a decisão tomada até o momento e dá a oportunidade da Recorrente anexar sua documentação.

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se a Vossa Senhoria:

- a) **CONHECER** do presente recurso, porquanto preenche os requisitos legais de admissibilidade e tempestividade; e, no mérito;

RR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 16.578.370/0001-40

END: SETOR Scia, quadra 08, Conj.07, Lote 01, Zona Industrial – Guará/DF

Cep: 71.250.705

contato: (61) 3465.4051

e-mail: rr@rterraplenagem.com.br

insta: rterraplenagem



- b) **OPORTUNIZAR** a ora RECORRENTE da forma como deveria desde o início, por atender aos requisitos fixados no Edital, dando-lhe a oportunidade de anexar seus documentos de habilitação, após a constatação do oferecimento da proposta mais vantajosa, por ser direito subjetivo da licitante que apresenta as melhores condições para a Administração;

OU, se assim não entender

- c) **FAZER SUBIR**, à Autoridade Superior, o presente Recurso Administrativo, para os mesmos fins.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 16 de maio de 2025.

RR TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA:1657837000014 0	Assinado de forma digital por RR TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA:16578370000140 Dados: 2025.05.19 11:04:46 -03'00'
--	--

RR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Representante Legal

MARIO ALVES RIBEIRO FILHO:98199242191	Assinado de forma digital por MARIO ALVES RIBEIRO FILHO:98199242191 Dados: 2025.05.19 11:05:12 -03'00'
---	--

RR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 16.578.370/0001-40

END: SETOR Scia, quadra 08, Conj.07, Lote 01, Zona Industrial – Guará/DF

Cep: 71.250.705 contato: (61) 3465.4051

e-mail: rr@rrterraplenagem.com.br

insta: rrterraplenagem